



ATA DE REUNIÃO

1 Aos dez dias de junho de dois mil e vinte, às 15h00, compareceram na sala de reuniões da
2 SMAP, situada na Rua Solimões, 160, São Francisco, os representantes da SMAP, SMF,
3 SGM, IPMC, SMS e SINDACS. Iniciou a reunião com a Superintendente da SMAP
4 esclarecendo que a data de entrega da pauta é uma necessidade para dar uma maior
5 previsibilidade na construção do orçamento do ano seguinte. A SMAP informa que a
6 negociação para a reposição salarial fica para outubro e que nesse ano a expectativa não é
7 muito favorável tendo em vista os gastos ocorridos em função da pandemia e que o esforço
8 está sendo para manutenção do pagamento dos salários em dia, o que tem sido
9 conseguido até o momento. A Administração informa que está analisando diariamente a
10 situação das finanças do Município, com acompanhamento das receitas e despesas e que
11 no momento o cenário não é dos mais favoráveis em função dos efeitos do enfrentamento
12 da pandemia. O SINDACS informa que existe um piso salarial nacional aprovado desde
13 novembro de 2018 com reajuste previsto até janeiro de 2021 que deverá ser seguido pela
14 municipalidade conforme os repasses do Ministério da Saúde. A administração esclarece
15 que a legislação deverá ser cumprida. Quanto ao plano de cargos e salários da categoria,
16 estava programando o início da sua discussão para o início desse ano, mas em função da
17 pandemia que limita a realização de reuniões e discussões que exigem maior proximidade
18 é muito complicado nesse momento iniciar o processo, devendo ser retomado quando o
nível de limitações for reduzido. Em relação ao plano de cargos e salários, o SINDACS
explica que a legislação para o ACS e ACE é muito próxima e o tratamento deverá ser
semelhante. Sobre a mudança do nível de escolaridade dos ACS para o nível médio, a
Administração esclarece que, em consulta à PGM, esta orientou que em próximo PSS a
escolaridade de nível médio será obrigatória, mas isso não afetaria os atuais ACS que
ingressaram com exigência de nível fundamental. A Administração alerta ainda quanto a
existência de decisão recente do STF com repercussão geral que veda as transições
internas dentro dos cargos com mudança de escolaridade, pois isso caracterizaria
provimento derivado. A aplicação dessa decisão no regime estatutário é direta mas será
consultada na PGRH para avaliar a sua aplicação também no regime de emprego público,



19 visto que no que se refere a princípios constitucionais existe grande proximidade entre os
20 regimes de contratação do serviço público. Sobre o implemento do risco de vida e saúde a
21 Administração esclarece que a questão está judicializada, e dessa forma a Administração
22 adota a conduta de não fazer discussão administrativa, aguardando a decisão judicial. O
23 Sindicato esclarece que a reivindicação é sobre a periculosidade o que já vem sendo
24 adotado em outros municípios do Paraná. A Administração se compromete a realizar
25 análise sobre a periculosidade. Sobre o fornecimento do PPP a Administração esclarece
26 que este é entregue à todos os servidores e empregados que o solicitem, orientando aos
27 que desejarem que façam o pedido ao Núcleo de Gestão de Pessoas (antigo Núcleo de
28 Recursos Humanos) par que este encaminhe a Gerência de Segurança do Trabalho. O
29 SINDACS explica que como têm muitos trabalhadores próximos a aposentadoria, a
30 preocupação é de como realizar essa solicitação. Sobre o vale alimentação a
31 Administração informa que não trabalha com essa modalidade e esclarece quanto ao
32 aumento dos valores do auxílio refeição, que qualquer alteração teria que ser aplicada
33 todos os servidores e empregados públicos que recebem o benefício, o que no quadro
34 financeiro atual é inviável conforme anteriormente explicado. Quanto ao auxílio transporte a
35 Administração esclarece que o regime CLT obriga a aplicação da legislação federal e esta
36 determina o pagamento em crédito de passagem, e não em dinheiro. Quanto ao auxílio
37 transporte para o comparecimento em reuniões das comissões do Conselho Municipal da
38 Saúde, o SINDACS explica que os empregados públicos muitas vezes não querem
39 participar dos conselhos pelo custo a mais de auxílio. A Administração esclarece que não
40 tem como repassar valores diretamente ao servidor, mas que o CMS possui norma
41 específica e que o auxílio deve ser requerido diretamente ao Conselho. Quanto a
42 participação na SIPAT, a Administração destaca que o SINDACS foi o único sindicato a
43 comparecer nos eventos de 2019, agradece essa participação, e reafirma que até o final
44 dessa gestão essa participação permanece garantida. O SINDACS explica que acha muito
45 importante o trabalhador estar participando desses eventos e que a descentralização
46 funcionou de forma satisfatória, e que seria interessante ampliar a divulgação e a liberação
47 dos empregados públicos para a participação. A Administração esclarece que gostaria de
48 ampliar as vagas para a participação e melhorar a divulgação e continuará estudando
49 meios de fazê-lo. Sobre a contratação de profissionais para cobrir férias e afastamentos a
50 SMS explica que não há previsão de quadro reserva, para nenhuma finalidade. O
51 SINDACS esclarece que é uma reivindicação e que muitas vezes a área acaba ficando








32 descoberta, e que existia uma previsão de contratação de 200 ACS em razão de acordo
33 judicial o que foi cumprido parcialmente pela PMC e será objeto de análise no processo. A
34 Administração destaca que convocou 300 classificados do PSS e em função do elevado
35 número de ausências conseguiu contratar apenas 143 que atenderam as condições do
36 edital. Sobre o PMAQ a SMS explica que houve uma grande mudança no financiamento
37 para a APS pelo Ministério da Saúde, e que ainda estão sendo realizados ajustes. Informa
38 que pelas novas normas o PMAQ não existe mais como existia anteriormente. A
39 Administração esclarece que o recurso do PMAQ não era para repasse exclusivo ao
40 trabalhador e sim para o financiamento da APS. O SINDACS explica que tem muitos locais
41 que fazem esse repasse e que está mudando o PMAQ e que vem com outra denominação
42 e regras. O SINDACS informa que existe esse repasse dentro de outros municípios no
43 Estado do Paraná. A Administração esclarece que ainda não ter conhecimento de qualquer
44 iniciativa no sentido do que foi afirmado pelo sindicato. Sobre o incentivo adicional a
45 Administração explica que não existe no município e que a legislação não obriga o
46 pagamento do 14º salário aos ACS. O SINDACS esclarece que a legislação prevê um
47 incentivo adicional equivalente a 01 salário anual proveniente do Ministério da Saúde para
48 repasse direto ao ACS mas que embora o município não a cumpra, existe em outros locais.
49 Sobre o seguro de vida do IMAP a Administração informa que não existe impedimento legal
50 para a inclusão dos empregados públicos, mas que depende de negociação entre IMAP e
51 seguradora que ainda não foi finalizada. Destaca ainda que não existe subsídio da
52 Administração e que apenas intermedia a relação do contratante com a seguradora e
53 realiza o desconto em folha de pagamento dos valores mensais. O SINDACS questiona se
54 haverá continuidade. A Administração se compromete a verificar com o IMAP a atual
55 situação da negociação e informar ao sindicato. Sobre a liberação dos dirigentes sindicais,
56 a Administração esclarece que está cumprindo os parâmetros da lei municipal e que na
57 questão de cobrança de ressarcimento ao sindicato, a matéria foi judicializada por outros
58 sindicatos que conseguiram liminar impedindo a cobrança. Em função da liminar que só
59 beneficiaria alguns sindicatos a Administração tomou a iniciativa de suspender a cobrança
60 de todos e quando a discussão judicial for encerrada irá retomar a questão na forma do que
61 for decidido. Sobre os EPIs o SINDACS esclarece que tem recebido reclamações dos
62 novos contratados quanto aos uniformes recebidos que estão em tamanhos incorretos o
63 que impossibilita o uso. A Administração solicitará a todos os supervisores para que
64 verifiquem a situação dos EPIs de todos os novos contratados. O SINDACS traz à



15 discussão um item fora da pauta, relativo à questão do ICS sobre a diferença de cobertura
16 do plano dos empregados públicos e dos servidores, e pede que a situação seja revista
17 afim de que tenham a mesma rede de atendimento. A Administração esclarece que são
18 planos de saúde diferentes, sendo possível a existência de redes contratadas também
19 diferentes, mas orienta que o sindicato procure o ICS diretamente para tratar desta
20 questão. Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião, que foi por mim Sérgio
21 Grossmann, secretariada.

Rena
OAB/PR 43.516
[Signature]

[Signature]

499
[Signature]
[Signature]

Sérgio Grossmann